CONSELHO ESTADUAL DC EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0354/78 PARECER CEE N° 0901/81 fls.2

PROCESSO CEE N° 0354/78

INTERESSADO: FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU

ASSUNTO : Consulta Sobre registro de diplomas expedidos pelas Faculdades da Fundação Educacional de Bauru

RELATOR : Cons. Eurípedes Malavolta

PARECER CEE N° 0901/81 - CTG - APROVADO EM 03/06/81

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

1.1 - A direção da Faculdade de Odontologia do Bauru (F08), devido à delegação que tem para registrar diplomas, informa ao Conselho Estadual de Educação ter recebido para esse fim documentação relativa a Formados por Faculdades mantidas pela Fundação Educacional de Bauru na seguinte situação:

- (1) curso de Engenharia Civil - concluída em 4 (quatro) ou em 4,5 (quatro o meio) anos;
- (2) curso de Licenciatura em Psicologia concluído em 3 (três) anos;
- (3) curso de Formação de Psicólogos - concluído em 4,5 (quatro e meio) anos.

1.2 - Lembra o ofício que situação análoga foi levantada pela FOB em 78: "o Parecer CEE 532/78 (Paulo Nathanael, voto contrário de Lopes Casali) autorizou o registro de diplomas que estavam em tal situação, depois de alertar a Faculdade quanto a esse procedimento antipedagógico". (O trecho transcrito - entre aspas é do ofício da FOB).

1.3 - Termina a Direção da Faculdade de Odontologia de Bauru com a seguinte indagação:

"Devemos registrar os diplomas da Fundação Educacional de Bauru, cujos cursos tiverem sido concluídos com a duração reduzida ?"

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 - Para responder à pergunta da FOB, o assunto tem que ser desdobrado, considerando-se, de um lado, o Curso de Engenharia e, do outro, os de psicologia (Licenciatura e Formação - de Psicólogos).

2.2 - o Parecer CFE 280/62 do Mestre F.J. Maffei propôs que fosse mantida "a duração vigente de 5 anos até pronunciamento deste órgão" (o grifo não é do texto) para os cursos de engenharia (com e minúsculo)..

2.3 - merecem ser transcritos, entretanto, os seguintes trechos da fundamentação do dito Parecer:

"Tem-se observado no País o vezo da estruturar o currículo das novas Escolas do Engenharia baseando-o ou imitando o das escolas situadas em regiões mais exigentes e que dispõem de maiores recursos para a manutenção.

Não estamos convencidos do que o sistema seguido tenha beneficiado a nossa Tecnologia ou, mesmo, os próprios profissionais egressos dessas: escolas.

Com a demanda excepcional de engenheiros, o estudante - de Engenharia vem sendo seduzido, já na segunda metade do curso pelas indústrias que, sob a forma de estágio de aprendizado e, mediante bolsas não desprezíveis, procuram assegurar-se dos seus serviços, uma vez formado, afastando-o da sua verdadeira obrigação que é o estudo sério.

Os currículos longos e sobrecarregados, aliados à certeza de que o diploma lhes assegura emprego altamente remunerado, tem levado os estudantes ao desinteresse pelo estudo e à pouca assiduidade.

A formação do engenheiros do alto nível ou mesmo de cientistas deve resultar da vontade individual de cada estudante e não ser-lhe forçada a custa de regulamentação; por outro lado a nosso desenvolvimento industrial tanto reclama o engenheiro de alto nível para promover o seu progresso e desenvolvimento como exige o engenheiro comum para a rotina das operações industriais. Justitica-se, pois, que o currículo normal deva ser desenvolvido em prazo mais breve".

2.4 - A Resolução CFE 48/76, relativa ao currículo mínimo do curso de Engenharia, no seu art. 13 determina:

"Os currículos plenos do curso de Engenharia serão desenvolvidos no tempo útil de 3600 horas de atividades didáticas que deverão ser integralizadas em tempo

total variável de 4 a 9 anos letivos, com termo médio de 5 anos".

2.5 - Com isso, foi mantido o "tempo útil" de duração - do curso dado pela Portaria Ministerial nº 159/65.

2.G - Previa dita Portarial

"Art 7º - Nos casos em que seja admitida a redução de tempo total, para todos os alunos ou parte deles, a aprovação dos correspondentes dispositivos regimentais es fará à vista de planos em que fique evidenciada a equidade da solução, sem quebra de padrões de ensino do estabelecimento".

"Tempo total" (esclarece o art. 3º da Portaria Ministerial) é o período compreendido entre a primeira matrícula e a conclusão do curso. O dispositivo transcrito adapta, pois, a Pedagogia à Genética...

2.7 - Os casos levantados pela FOB dizem respeito a concluintes do curso de Engenharia no ano de 1979 - ao abrigo, portanto, da Resolução CFE 48/76.

2.8 - E, por isso, a consulta deve ser respondida com uma afirmação.

2.9 - A redução da duração total dentre do mínimo- fixado deve ser pedagogicamente aceitável, supondo-se que haja tempo para o discente assimilar e acrescentar conhecimentos, integrá-los e transformá-los em entendimento da matéria ou grupo de matérias. Raciocinar de modo contrário seria demonstração de extrema fidelidade à Lei de Parkinson e extrema coorência com Orro de se aceitar um ano letivo quo duro lagalmente 6 (seis) - meses virtuais...

2.10 -Quanto aos cursos de Psicologia.

2.11 -A citada Portaria Ministerial nº 159/65 dispõe:

2.11.1 - Curso de Psicologia (Psicólogos)

Tempo útil - 4050 h

Integraliznção Anual -

limite mínimo - 450 h

termo médio - 010 h

limite máximo - 1013 h

Enquadramento (anos) - 5

2.11.2 - Curso de Psicologia (Licenciatura)

Tempo útil - 3240 h

Integralização anual -

limite mínimo - 468 h

termo médio - 810 h

limite máximo - 926 h

Enquadramento (anos) - 4

2.12 - Recorde-se que o currículo mínimo para Psicologia foi baixado pela Resolução CFE de 19/1262 com base no Parecer 403/62 dispondo:

"Art. 3º - A duração do curso de Psicologia é de 4 (quatro) anos letivos para o Bacharelado e Licenciatura é de 5 (cinco) anos letivos para a formação de Psicólogos.

2.13 - Não so encontra na legislação, ao que parece, dispositivo específico que estabeleça, no caso em tela, variações numéricas como as possíveis no Curso de Engenharia.

2.14 - Faz-se necessário agora invocar e art. 7º da Portaria Ministerial 159/65 para dar embasamento legal ao procedimento de Bauru: deverá a instituição providenciar a satisfação do exigido. Enquanto isso não for feito, os diplomas correspondentes ao Curso de Psicologia concluído em menos de 5 anos (Psicólogos) e 4 (Licenciatura) não poderão ser registrados.

II - CONCLUSÃO

Responda-se à consulta da Faculdade de Odontologia de Bauru, nos termos deste Parecer.

São Paulo, 07 de maio de 1981

a) Cons. Eurípedes Malavolta - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: pínolo Lopes Casali, Célio Benevides de Carvalho, Eurípedes Malavolta, Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães, Nicolas Boer, Paulo Gomes Romeo.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 20/05/81

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 03 de junho de 1981

a) Cons^a MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente